



VÍRUS

N7

*Revista política
e de ideias*

JUNHO 2015

II série

editorial **A Grécia da
nossa solidariedade**

MARISA MATIAS, FRANCISCO LOUÇÃ

dossiê **PRIVATARIA** por MARIANA MORTÁGUA
E JORGE COSTA

**QUATRO ANOS DE AUSTERIDADE: O BALANÇO
É DESASTROSO** | ENTREVISTA A MANUEL CARVALHO
DA SILVA por FERNANDO ROSAS E SOFIA ROQUE

MIL GÉNEROS por JOÃO MANUEL OLIVEIRA
+ ler, ver e ouvir

Editorial : A Grécia da nossa solidariedade PÁG. 03

MARISA MATIAS E FRANCISCO LOUÇÃ

Dossiê: Privataria PÁG. 09

Quem ganha e quem perde com as privatizações em Portugal

por JORGE COSTA E MARIANA MORTÁGUA

Entrevista a Manuel Carvalho da Silva PÁG. 15

por FERNANDO ROSAS E SOFIA ROQUE

Pensar o Socialismo Hoje PÁG. 27

Retóricas do Populismo: Ernesto Laclau, 1935-2014

por JOHN KRANIAUSKAS

Ler, Ver, Ouvir PÁG. 36

Fotografias de um presente originário por SOFIA ROQUE

Os donos da história por JÚLIA GARRAIO

Desobedec por ADA PEREIRA DA SILVA

A necessária, mas difícil, articulação entre as lutas sociais

por FABRICE SHURMANS

Pegar em armas por AMARÍLIS FELIZES

Electro:thèque. A música dos filhos da tecnologia

por HELENA ROMÃO

Menórias políticas do Séc. XX por MIGUEL CARDINA

Para onde vai o sonho quando a esperança acaba?

por ANA BÁRBARA PEDROSA

Uma inspiração por CATARINA MARTINS

Sem polifonia, a história fica truncada por ANDREA PENICHE

Resgatadas da sombra por ANA CLOTILDE CORREIA

Vária PÁG. 60

“Vamos fazer estágios até sermos venhinhos?": os efeitos

da austeridade na política de emprego por ADRIANO CAMPOS

Depois dos ataques ao Charlie Hebdo e aos supermercado judaico:

pensar o novo, repensar o velho por PIERRE ROUSSET

Mil géneros por JOÃO MANUEL OLIVEIRA

Ensino Superior: problema central do nosso tempo. Notas sobre

cultura e educação por HUGO MARTINS

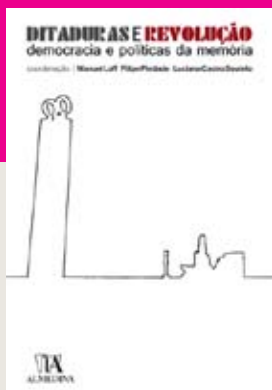
Por sobre todas as dificuldades: Projeto Troika

por PAULA SEQUEIROS

Acontece PÁG. 94

Agenda organizada por FABIAN FIGUEIREDO





Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo

Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória | Almedina, 2015

Memórias políticas do Séc. XX

MIGUEL CARDINA

Este livro coordenado por Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo lança um olhar sobre a construção das memórias políticas relativas ao século XX, um tempo que conjugou como nenhum outro a definição de esperanças emancipatórias com o desencadear de fenómenos de opressão, guerra e violência de largo espectro.

A obra apresenta-se dividida em quatro partes, cada uma delas dedicada a um contexto histórico-geográfico específico. A primeira parte reúne textos sobre a memória da ditadura e da revolução em Portugal, a segunda parte é dedicada à memória da Guerra Civil Espanhola e do franquismo, a terceira parte problematiza a ditadura civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 e a quarta parte toma como eixo os processos de recordação do século XX no espaço europeu. Se essa é a organização formal do livro, uma divisão alternativa seria possível fazer entre o primeiro texto, da autoria de Manuel Loff, e os restantes capítulos da obra. Pela sua extensão (120 páginas) e pelo objeto considerado (uma história da memória da ditadura do Estado Novo e da revolução do 25 de Abril de 1974 nos últimos quarenta anos), aquele texto é o mais ambicioso da obra e o que

resume o essencial dos resultados alcançados no âmbito do projeto referido.

Diria que são cinco as grandes hipóteses que o texto nos convida a pensar. A primeira ideia é a de que o Estado português se foi assumindo, ao longo dos últimos 40 anos, como um ativo construtor de evocações e silenciamentos sobre a ditadura. Para comprová-lo, o texto analisa um vasto leque de condecorações, leis, comemorações, atribuição de pensões, políticas de arquivo, teses dominantes no ensino da História e constituição de instituições dedicadas à memória (ou ausência dessas instituições).

A segunda conclusão é a de que a memória da ditadura e a memória da revolução caminham a par e que, portanto, os processos de interpretação de uma têm como pressuposto leituras sobre o que foi a outra. Isto acontece porque a revolução produziu um certo tipo de desfecho da ditadura - e do Império colonial - que obriga a questionamentos sobre a natureza da experiência ditatorial e do colonialismo. Mas a questionar também a natureza da revolução e do seu legado. Com efeito, a revolução pôs em causa os poderes instituídos e levou à conquista de direitos que, contidos e normalizados a partir de novembro de 1975, tiveram ainda força para surgir inscritos na Constituição aprova-

Se a democracia se construiu na rejeição explícita da ditadura, a verdade é que se foram produzindo, nomeadamente a partir do fim do período revolucionário, modos de recordá-la configuradores de uma “memória ambivalente” »», que desenha uma relação incómoda com o legado antifascista, o período revolucionário e a experiência colonial.

da em abril de 1976. Esse caráter disruptivo, na verdade, tem vindo a ser subalternizado ou entendido como um parêntesis “excessivo” anterior à instauração da verdadeira democracia. A este respeito, o texto de Fernando Rosas faz um valioso ensaio interpretativo sobre a revolução portuguesa, explicando como «a democracia política não existe em Portugal *apesar* da revolução, mas sim *porque* houve a revolução» (p. 203).

A terceira ideia é a de que esta memória da ditadura e da revolução tem sido particularmente sensível aos ciclos políticos. Os períodos – meados da década de 1980 e 1990; 2002-2005; 2011... – em que o governo foi exercido pelos partidos da direita política são períodos em que emergem com maior vigor leituras da ditadura e da revolução mais claramente “revisionistas”. O uso deste conceito é, aliás, uma das marcas da obra. Operacionalizado nos textos de Manuel Loff, Luciana Soutelo e Carme Molinero, ele pretende fazer eco de um processo desenvolvido no quadro da Guerra Fria e triunfante na década de 1990, caracterizado por um olhar demonizador dos processos de transformação política à esquerda, e que teria tido expressão em Portugal a partir de meados da década de 1980, durante a vigência dos governos de Aníbal Cavaco Silva.

O texto conduz-nos assim a uma quarta hipótese. Se a democracia se construiu na rejeição explícita da ditadura, a verdade é que se foram produzindo, nomeadamente a partir do fim do período revolucionário, modos de recordá-la

configuradores de uma “memória ambivalente”», que desenha uma relação incómoda com o legado antifascista, o período revolucionário e a experiência colonial. Assim, um quinto aspeto que esta história da memória da ditadura e da revolução nos convoca a considerar é o modo como a guerra, o colonialismo e a descolonização foram – e permanecem, na verdade – «a principal contradição na memória coletiva portuguesa da ditadura, normalmente em correlação direta com a perceção dos anos revolucionários de 1974-76» (pp. 54-55).

Com efeito, a independência das ex-colónias portuguesas em África tem surgido na memória pública dominante como resultado de um evento entendido como quase inexplicável – a guerra colonial, ocorrida entre 1961 e 1974 –, justamente porque permanecem vivos os traços de um imaginário lusotropical que supunha uma África portuguesa diferente, miscigenada, onde as bolsas de racismo e violência estavam relativamente circunscritas, e cuja “perda” teria, ela sim, conduzido a uma tragédia social, a dos quase 500 mil “retornados”. Filipe Piedade, no capítulo sobre a memória da guerra colonial nas Forças Armadas, mostra bem, através da análise de algumas publicações militares, como a guerra – e a revolta que originou o 25 de Abril – continua ainda hoje a ser um tema polémico no seio das Forças Armadas.

O capítulo de Manuel Loff oferece-nos assim um sólido contributo para entender como a memória da ditadura no Portugal democrático se foi inscrevendo problemáticamente no espa-

ço público: como se foi moldando, que agentes sociais e políticos a moldaram, que tensões e silenciamentos revela. Baseado numa noção ampla de “políticas de memória” – em que o Estado é um ator determinante mas não único –, este texto pode também ser lido como uma reflexão sobre o percurso de construção da democracia em Portugal. Na verdade, e se alguma produção académica sobre o país, oriunda sobretudo do campo da ciência política, tende a observar este tema a partir da natureza e evolução das instituições, opta-se aqui por um olhar substancialmente distinto, que nos mostra como a democracia, sendo filha do antifascismo e da revolução, mantém com esse passado uma “relação complicada”. Saber as razões que o explicam é questionar como as classes dominantes atravessaram a revolução – tema do capítulo de Bruno Monteiro, sobre a memória da bur-

espaço público, mediático e historiográfico. Sobre memórias subalternas e secundarizadas falam os capítulos de Paula Godinho, Cristina Nogueira e Ana Sofia Ferreira. Paula Godinho aborda a militância de extrema-esquerda, centrando-se no Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), organização maoista sobre a qual persistem ainda vários lugares-comuns e um olhar sobre os seus militantes que tende a tomar a parte pelo todo. Cristina Nogueira, por sua vez, resgata a memória de jornais ligados à vivência clandestina do Partido Comunista Português (PCP), escritos por e para mulheres, e visando a formação político-cultural e o fortalecimento dos laços de solidariedade partidária. Ana Sofia Ferreira aborda a questão da luta armada, num texto que elenca a atividade da Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), da Acção Revolucionária

Na verdade, e se alguma produção académica sobre o país, oriunda sobretudo do campo da ciência política, tende a observar este tema a partir da natureza e evolução das instituições, opta-se aqui por um olhar substancialmente distinto, que nos mostra como a democracia, sendo filha do antifascismo e da revolução, mantém com esse passado uma “relação complicada”.

guesia portuense da conjuntura revolucionária. Mas é também questionar que articulações sociopolíticas foram construindo discursos hegemónicos sobre o assunto ao longo das últimas décadas, que processos de construção do consenso foram ativados e de que forma os ciclos políticos serviram para impulsionar certas leituras – e certas rasuras – do passado ditatorial e revolucionário.

Alguns capítulos deste livro ganham a esta luz um relevo particular, na medida em que desvelam acontecimentos que, pela sua natureza, originaram memórias de limitada presença no

Armada (ARA) e das Brigadas Revolucionárias (BR), num capítulo que tem o mérito de estender a análise às Forças Populares – 25 de Abril (FP-25), organização que a autora considera, com propriedade, um «não-dito da história da luta armada em Portugal» (p. 245).

Uma das dimensões mais estimulantes do livro está no convite à reflexão comparativa, possível através do contraste dado com os capítulos sobre Espanha (de Julián Casanova, Carme Molinero e Pere Ysàs), e sobre o Brasil (de Carla Luciana Silva e Lucileide Costa Cardoso). Semelhantes no silenciamento de algumas di-

mensões das experiências ditatoriais, algumas diferenças com o caso português tornam-se evidentes, produto desde logo da circunstância do Estado Novo ter soçobrado com uma revolução - ao invés do que ocorreu em Espanha e no Brasil, onde se operaram processos de transição menos perturbadores da pirâmide social - mas também do peso específico de determinados fenómenos históricos precisos, como a Guerra Civil Espanhola. Os capítulos de Enzo Traverso e Xosé Nuñez Seixas, focados já na dimensão europeia, trazem-nos o debate sobre a noção de “vítimas” e sobre o modo como essa figura ganhou preponderância na história do século XX europeu. O livro encerra com um texto de Luisa Passerini que nos convida a pensar a noção de Europa para lá do eurocentrismo e da subalternização das periferias. Lendo-o, é impossível não sentir ressoar nessas páginas o que hoje vemos acontecer nos países do sul da

Europa, submetidos à chantagem de um centro europeu tomado ideologicamente pelo discurso austeritário, ou o que vemos acontecer com quem tragicamente procura atravessar para o lado de cá das fronteiras da União Europeia.

Percorrendo diferentes temas e perspetivas, todos estes textos nos mostram como a memória é um feixe de interpretações sempre permeáveis às dinâmicas de poder que se expressam num dado presente. Através da memória se moldam identidades coletivas, se definem perceções sobre o evoluir dos processos políticos e se legitimam opções ideológicas. Precisamente por isso, o trabalho da crítica consiste em problematizar o modo como estes diferentes mecanismos funcionam, como se constroem, a quem servem e que tipo de representações do passado instituem. É isso que este livro faz.

